

**Comissão Mista de Reavaliação de Informações****Reunião Ordinária**

Decisão CMRI nº 294/2025/CMRI/CC/PR

NUP: 23546.100422-2024-06**Órgão:** IFSC – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina**Requerente:** M. A. P.

□

RESUMO DO PEDIDO

A cidadã informou que solicitou a sua certidão de tempo escola, mas que o documento não trouxe a data de início do vínculo com a instituição, da matrícula no ano de 1985. A requerente afirmou que entrou em contato com o setor de registro, que respondeu que a escola não tem essa informação e a orientou a reclamar na ouvidoria.

RESPOSTA DO ÓRGÃO REQUERIDO

O órgão informou que, após análise, o Campus Florianópolis localizou o vínculo da solicitante com o curso Técnico em Eletrotécnica no ano de 1988. No entanto, o Instituto explicou que não foi possível encontrar registros sobre a data de início da matrícula ou das aulas do ano de 1985, em razão das seguintes dificuldades: falta de registros históricos (não há documentos disponíveis que comprovem datas específicas de início de vínculo acadêmico ou início das aulas para o período mencionado), inexistência de fichas completas (as fichas de matrícula da época, que deveriam conter essas informações, estão incompletas ou indisponíveis), e limitações documentais (diante da falta de registros formais, o campus elabora as declarações com base no número de dias letivos da LDB da época e nos memorandos de aprovação do relatório de estágio, quando existem na pasta do estudante; e caso não existam, na tabela da declaração fica escrito "Não consta nos registros"). Com base nessas explicações, o IFSC anexou a Certidão de Tempo Escolar ao Fala.BR.

RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

A cidadã apresentou a seguinte manifestação: *“Como uma informação que é de um semestre não pode ser verificada na pasta dos demais alunos que entraram no mesmo semestre. Realmente sem desculpas plausíveis. Outro ponto: se é uma exigência de um órgão do governo não pode ser suprido por outro órgão”*.

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 1ª INSTÂNCIA

A Pró-Reitoria de Ensino ratificou as explicações fornecidas pela Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas, setor responsável pela supervisão e gerenciamento das informações acadêmicas na instituição, entendendo que foi feito todo o esforço possível para obtenção da informação solicitada dentro das condições dos registros que se tinha à época do vínculo da referida manifestante.

RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

A requerente apresentou a seguinte manifestação: *“Conforme já explanado, necessito dia e mês da matrícula em 1985 e não 1988, informação de todo um semestre e não individual. Esta informação é obrigatória para da entrada na minha aposentaria. Não posso ser prejudicada pela incompetência desta instituição, pela qualidade das respostas dá pra ver a falta de boa vontade de verificar. Infelizmente ficamos à mercê de pessoas que sequer leem o que solicitamos. Lamentável ter um serviço público desta qualidade”.*

RESPOSTA DO ÓRGÃO AO RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA

O requerido respondeu que, conforme as buscas realizadas e detalhadas anteriormente, não há registro disponível no Campus Florianópolis ou na instituição que permita identificar as datas exatas de início do vínculo acadêmico ou da matrícula para o ano de 1985. O órgão explicou que foi realizada uma busca por informações entre os anos de 1985 e 1988, e não apenas em 1988, conforme citado pela solicitante. A dúvida levantada pode ter ocorrido devido ao fato de que, no documento confeccionado pelo Campus Florianópolis, constam apenas as datas referentes a 1988, pois foi esse o único período no qual foi possível encontrar informação oficial para ser incluída no documento. A UFSC afirmou que não houve equívoco nas datas mencionadas. Por fim, ressaltou que foram esgotadas todas as possibilidades de consulta, incluindo verificações em documentos históricos e pastas de alunos da época; e que, infelizmente, não há meios para fornecer a data exata de matrícula ou início das aulas para o período solicitado.

RECURSO À CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO (CGU)

A cidadã apresentou a seguinte manifestação: *“Segue a carteira de comparecimento de um aluno da escolha técnica, que foi validado inclusive no ano 2021, onde consta da data do início de semestre 01 de abril 1985”.* Não foi localizado documento anexo à Plataforma Fala.BR.

ANÁLISE DA CGU

A CGU analisou as tratativas entre as partes e concluiu que a comunicação, pelo órgão demandado, de que não possui a informação requerida, nos termos do art. 11, §1º, III da Lei nº 12.527/2011 é uma das respostas possíveis a uma solicitação de informações, tendo dispositivo de idêntico teor no art. 15, §1º, III do Decreto nº 7.724/2012. Portanto, uma vez que o órgão tenha especificado o motivo da inexistência da informação ou quais buscas foram realizadas, no geral, a CGU acolheu o posicionamento de que a informação é de fato inexistente. No entanto, é importante que a alegação de inexistência seja precedida de esforços envidados pelo Estado para que a informação seja localizada, em arquivos ou sistemas de que o órgão disponha. Por fim, pelas respostas concedidas, a CGU observou o esgotamento dos esforços exigíveis para a localização da informação pleiteada.

DECISÃO DA CGU

A Controladoria-Geral da União decidiu pelo não conhecimento do recurso, visto que a declaração de inexistência da informação constitui resposta de natureza satisfativa para fins da LAI, conforme a Súmula CMRI nº 06/2015.

RECURSO À COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES (CMRI)

A cidadã requerente apresentou a seguinte manifestação: *“O parecer nada amigável, está lidando com cidadão, não com advogado. A instituição não tem a data inicial da minha matrícula, na verdade de todos os alunos, coloquei anexo a carteira de um aluno J. R A. - turma XXX, que foi certificado em 11/02/2021 que conferia com a original, mas pelo jeito não tem o menor interesse no que está escrito, só querem responder qualquer coisa, pois seu trabalho está garantido e o cidadão comum que trabalhe mais dois anos, pois a vida é o tempo não é dele. Desculpa o desabafo, mas é muita injustiça e ter de pagar por incompetência alheia que não gera nada para quem fez. É muito revoltante”.*

ADMISSIBILIDADE DO RECURSO À CMRI

Recurso não conhecido. Conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, e os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, o recurso cumpre os requisitos de legitimidade, tempestividade e regularidade formal. Todavia, o requisito do cabimento não foi atendido, em razão de não ter havido negativa de acesso à informação.

ANÁLISE DA CMRI

Da análise dos autos, verifica-se que o órgão informou que, após análise, localizou o vínculo da solicitante com o curso Técnico em Eletrotécnica de 1988. No entanto, explicou que não foi possível encontrar registros sobre a data de início da matrícula ou das aulas do ano de 1985, em razão das seguintes dificuldades: falta de registros históricos, inexistência de fichas completas e limitações documentais. O Instituto explicou que “diante da falta de registros formais, elabora as declarações com base no número de dias letivos da LDB da época e nos memorandos de aprovação do relatório de estágio, quando existem na pasta do estudante, quando não tem tal documento na tabela da declaração fica escrito ‘Não consta nos registros’” – justamente como consta na Certidão de Tempo Escolar, para o 1º semestre de 1985, início do vínculo da solicitante com a IFSC, anexada à Plataforma Fala.BR. O Instituto ressaltou que foram esgotadas todas as possibilidades de consulta, incluindo verificações em documentos históricos e pastas dos alunos; e que, infelizmente, não há meios para atender o pedido em questão. O posicionamento foi corroborado pela CGU, mas a cidadã não acatou os esclarecimentos prestados e recorreu à CMRI. Por conseguinte, com base nas justificativas apresentadas pelo órgão, a CMRI decide por não conhecer do recurso, visto que a declaração de inexistência da informação objeto da solicitação, por parte do requerido, é considerada resposta de natureza satisfativa, sendo revestida de presunção de veracidade, decorrente do princípio da boa-fé e da fé pública, além de ser consequência direta da presunção de legalidade dos atos administrativos. Ademais, a Requerente no recurso registra solicitação de providência por parte da Administração Pública junto à CMRI traz elementos que se enquadram como manifestação de ouvidoria, mais especificamente, solicitação de providências, quando solicita que a Instituição considere o documento de outro aluno, que anexou. Tal demanda não é abarcada pela Lei nº 12.527, de 2011, pois é regida pela Lei nº 13.460, de 2017, e pelo Decreto nº 9.492, de 2018, que possui canal específico para atendimento e rito próprio na Plataforma Fala.BR, para o devido tratamento.

DECISÃO DA CMRI

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, nos termos da [Ata da 145ª Reunião Ordinária](#), decide, por unanimidade, pelo não conhecimento do recurso, visto que não houve negativa de acesso à informação pedida, que é requisito de admissibilidade recursal, conforme o art. 24 do Decreto nº 7.724, de 2012, c/c os arts. 19 e 20 da Resolução CMRI nº 6, de 2022, já que há a declaração de inexistência do dado solicitado e, por trazer manifestação de ouvidoria que não faz parte do escopo do direito de acesso à informação, nos termos dos artigos 4º e 7º da LAI.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Helena Pontual Machado, Presidente Suplente da CMRI**, em 04/08/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marco Aurélio de Andrade Lima, Chefe de Gabinete**, em 05/08/2025, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS AUGUSTO MOREIRA ARAUJO**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 11:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA** **registrado(a) civilmente como RONALDO**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 11:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Míriam Barbuda Fernandes Chaves**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 14:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROCHA CYPRIANO**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE MOURA PIRES VIEIRA**, **Usuário Externo**, em 06/08/2025, às 17:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Luiz Mendes de Assis**, **Usuário Externo**, em 08/08/2025, às 12:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6819299** e o código CRC **7412119D** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0